

CONSIDERAÇÕES SOBRE “OS OUTROS”: CAPITAL SOCIAL, IMIGRAÇÃO E CIDADANIA

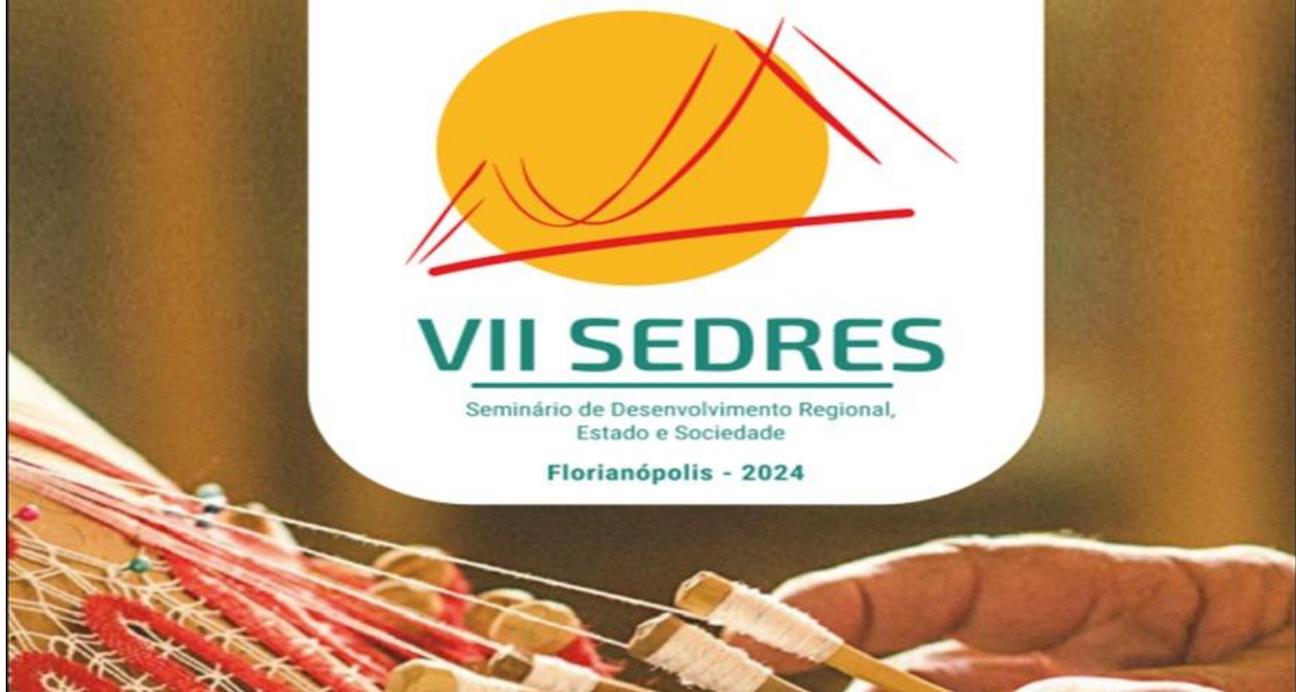
Populações, migrações e desenvolvimento

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o fenômeno das migrações internacionais, que assinala a necessidade de se repensar o mundo não exclusivamente com base na competitividade econômica e no fechamento das fronteiras, mas visando à cidadania universal, à solidariedade e às ações humanitárias. Para tanto, este estudo utiliza como metodologia a Hermenêutica, um ponto de vista utilizado para ampliar os sentidos interpretativos de um texto, e fundamenta-se em autores como Christoforou, Granovetter, Ricoeur e Haesbaert, pois, hoje, relações articuladas em diversas dimensões e escalas constroem as dinâmicas dos territórios, por conseguinte, a convivência se torna um espaço-tempo de relações dos sistemas, “lugar” de criação e recriação, na medida em que se constitui como social. Tais concepções se mostram importantes na atualidade, já que as vivências são uma forma de cognição, de aquisição de conhecimento, por meio de conexões, da rede complexa que congrega, *linka* e une todos os seres.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para este artigo, a metodologia utilizada será a Hermenêutica, que se ocupa da interpretação textual, isto é, um método de conhecimento da cultura geral do ser humano que, por ser uma processualidade, é uma leitura que se constrói. Contudo, qual é a vantagem de empregar um método hermenêutico para compreender e possivelmente intervir na realidade social? Segundo Ricoeur (1990, p. 25), “O homem não é radicalmente um estranho para o homem, porque fornece sinais de sua própria existência. Compreender esses sinais é compreender o homem.”, logo, uma das implicações práticas fundamentais do paradigma da hermenêutica crítica é sua defesa ativa pela ancoragem intersubjetiva de nossa própria identidade. Nesse sentido, quando aplicada à análise das estruturas sociais, abarcando as complexidades políticas e éticas que emergem, a Hermenêutica proporciona uma abordagem que possibilita uma dupla percepção: por um lado, a identificação das características compartilhadas, como as identidades coletivas e os legados culturais; por outro lado, a compreensão da necessidade de evitar sua total reificação.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na compreensão de território como construção social, utilizar-se-á neste artigo a abordagem de Rogério Haesbaert (2006), que concebe as dimensões material e relacional do território, esta, voltada ao valor simbólico, não exclusivamente material, uma vez que o território exerce domínio sobre o espaço tanto para “realizar” funções quanto para “produzir” significados, isto é, um valor construído, a partir de uma relação simbólica e afetiva com os espaços de vida (Haesbaert, 2006, p. 71), posto que as relações sociais que o compõem auxiliam a compreender a complexidade do mundo contemporâneo, marcado por formas de apropriação social dos espaços mais flexíveis, mutantes e em rede. A partir de uma ótica intercultural do “outro”, em reconhecer-se por intermédio daquele que é diferente, é imprescindível priorizar o diálogo e o enriquecimento recíproco, no que diz respeito aos direitos de cidadania e à integração de populações imigrantes internacionais, agentes de desenvolvimento e dotados de capital intelectual e social, uma vez que este último, de acordo com Christoforou (2015, p. 12), “[...] se identifica com normas e redes de cooperação, reciprocidade e confiança que facilitam a ação coletiva para o alcance do benefício mútuo”.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

Este trabalho vincula-se à sessão temática **Populações, migrações e desenvolvimento**, já que o Estatuto da Cidade (2001) apresenta instrumentos e possibilidades para uma gestão mais democrática das urbes, a fim de efetivar o direito dos indivíduos a elas, bem como a Constituição Federal de 1988 garante aos estrangeiros residentes no país condições jurídicas paritárias às dos brasileiros, no que concerne à aquisição e ao gozo de direitos civis, como assegura o art. 5º, que garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança. Nessa mesma perspectiva, em 2012, a ONU instituiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; em específico os ODS 3, que se ocupa da saúde e do bem-estar de todas as idades; ODS 4, a fim de assegurar educação de qualidade: inclusiva, equitativa e promotora de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; ODS 8, garantia de trabalho decente e crescimento econômico e, por fim, ODS 10, com o propósito de reduzir as desigualdades, dentro dos países e entre eles, isto é, os acessos aos serviços públicos e à comunicação entre os diferentes grupos que vivem no mesmo espaço devem privilegiar o desenvolvimento humano, a inclusão, a igualdade de oportunidades e o pleno acesso à cidadania.



REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Economia Aplicada, n. 2, v. 4, abril/junho 2000.
- CHRISTOFOROU, Assimina. **Sobre a identidade do capital social e o capital social da identidade.** Revista Debates, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 11-35, ago. 2015.
- GRANOVETTER, Mark. **The strength of weak tie.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4205019/mod_resource/content/1/the_strength_of_weak_ties_and_exch_w-gans.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias.** 4. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1990.